



**Escola Superior
de Tecnologia
da Saúde**
Politécnico de Coimbra

REGULAMENTO ACADÉMICO

MESTRADO EM SAÚDE AMBIENTAL - ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE OCUPACIONAL E AMBIENTE



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU

Capítulo I
Disposições gerais

Artigo 1.º
(Enquadramento jurídico)

Nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005 de 22 de fevereiro, do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março e sucessivas alterações, do Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do Instituto Politécnico de Coimbra, aprovado em anexo ao Despacho n.º 7005/2019 de 8 de julho, na sua redação atual, e demais legislação aplicável, para a atribuição do grau de mestre, o presente Regulamento visa desenvolver e complementar o regime jurídico aí instituído.

Artigo 2.º
(Âmbito de aplicação)

O presente Regulamento aplica-se ao curso de Mestrado em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente, ministrado na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra do Instituto Politécnico de Coimbra (ESTeSC-IPC).

Artigo 3.º
(Grau de mestre em Saúde Ambiental)

1. O grau de mestre em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente, é conferido aos estudantes que, através de aprovação em todas as unidades curriculares (UC) do curso de especialização, e de aprovação na defesa da dissertação ou do estágio, tenham obtido o total de 90 ECTS fixado para o ciclo de estudos.
2. Este mestrado tem como objetivo geral dotar os formandos de um quadro reforçado de competências profissionais, de base científica e tecnológica, conducentes ao conhecimento aprofundado e especializado.
3. Com esta formação pretende-se que o estudante obtenha conhecimentos especializados, diferenciados e inovadores em Saúde Ambiental, na área de especialização de Saúde Ocupacional e Ambiente, que sustentem a capacidade de reflexão e investigação original, independente ou orientadas. Promovendo uma consciência crítica, potenciadora do desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento, cuja perspetiva ampla e profunda permita a sua aplicabilidade em domínios avançados e campos relevantes em Saúde Ocupacional e Ambiente.

4. O grau de Mestre em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente é atribuído aos estudantes que demonstrem capacidade de:
- a) Possuir consciência crítica das questões relativas aos conhecimentos na área da saúde ocupacional e ambiente e da interligação com outras áreas de saber;
 - b) Planear e aplicar procedimentos de identificação de riscos ocupacionais e ambientais, em conjunto com os restantes grupos de profissionais com os quais se encontra integrado, com os recursos técnicos disponíveis e/ou apropriados, de forma segura e eficaz, bem como proceder à análise e interpretação dos resultados;
 - c) Investigar e inovar para o desenvolvimento de novo conhecimento e de novos procedimentos com vista à realização de tarefas e resolução de problemas complexos e imprevisíveis;
 - d) Desenvolver novas abordagens estratégicas, em contextos inovadores da atividade prática e da investigação, com base na evidência técnica e científica, contribuindo desta forma para a melhoria das práticas profissionais e para a produção de conhecimento;
 - e) Autonomia na tomada de decisão e resolução de problemas de elevada complexidade;
 - f) Aplicar informação, regras, métodos, ferramentas, materiais, para a conceção e cumprimento de programas de prevenção e controlo e redução de riscos ocupacionais e ambientais;
 - g) Competências de comunicação técnico-científica e de análise crítica, em diversos contextos;
 - h) Adquirir, desenvolver e aprofundar competências de investigação, nas áreas de especialização do ciclo de estudos, de acordo com princípios éticos e deontológicos;
 - i) Desenvolver técnicas na tomada de decisões e na definição de linhas de trabalho que visem atingir um nível ótimo de gestão da prevenção, promovendo uma política de segurança e ambiente coerente.

Capítulo II
Estrutura e acesso ao ciclo de estudos

Artigo 4.º

(Ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Saúde Ambiental)

1. O ciclo de estudos conferente do grau de mestre em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente contempla 90 ECTS e uma duração normal de 3 semestres curriculares de trabalho dos estudantes.

2. Área científica predominante: Saúde Ocupacional e Ambiental, com a classificação CNAEF 862 (Segurança e higiene no trabalho) e 850 (Proteção do ambiente), de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de março.

Artigo 5.º

(Estrutura do ciclo de estudos)

1. O Mestrado em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente está organizado de acordo com a estrutura curricular, o plano de estudos e as unidades de crédito ECTS, que podem ser consultadas em <https://www.ipc.pt/oferta-formativa/mestrado-em-saude-ambiental-especializacao-em-saude-ocupacional-e-ambiente/>
2. O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre integra:
 - a) Um curso de especialização, constituído pelas unidades curriculares integrantes no plano de estudos, correspondente a 60 ECTS;
 - b) Uma dissertação de natureza científica, original e especialmente realizado para este fim, ou um estágio de natureza profissional com relatório final, a que correspondem 30 ECTS.
3. Aos estudantes que completarem com sucesso as unidades curriculares do curso de especialização, correspondente a 60 ECTS, será atribuído um diploma de curso de especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente.
4. A atribuição do grau de mestre em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente, exige a aprovação da totalidade das unidades curriculares do plano de estudos, correspondente a 90 ECTS.
5. As áreas científicas que devem ser reunidas para a obtenção do grau de mestre em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente são os que constam da seguinte tabela:

Tabela 1 – Tabela de áreas científicas e créditos necessários à obtenção do grau

Área Científica	Sigla	ECTS Obrigatórios	ECTS Mínimos optativos
Saúde Ocupacional e Ambiental	SOA	74	0
Ciências Exatas	CE	8	0
Ciências Sociais e Humanas	CSH	8	0
	Total	90	

Artigo 6.º

(Acesso ao ciclo de estudos)

1. Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:
 - a) Titulares do grau de licenciado ou seus equivalentes legais em Saúde Ambiental, Gestão Ambiental, Sustentabilidade, Segurança do Trabalho, Proteção Civil, Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (ou licenciaturas similares que se enquadrem nas áreas de estudo da proteção do ambiente e dos serviços de segurança) e outros licenciados com o título de Técnico Superior de Segurança no Trabalho (emitido pela Autoridade para as Condições de Trabalho).
 - b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, conferido na sequência de um 1º ciclo de estudos em Saúde Ambiental, Gestão Ambiental, Sustentabilidade, Segurança do Trabalho, Proteção Civil, Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (ou licenciaturas similares que se enquadrem nas áreas de estudo da proteção do ambiente e dos serviços de segurança) e outros licenciados com o título de Técnico Superior de Segurança no Trabalho (emitido pela Autoridade para as Condições de Trabalho), organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
 - c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, que seja reconhecido, pelo conselho técnico-científico da ESTeSC-IPC onde os candidatos pretendem ser admitidos, como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado;
 - d) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido, pelo conselho técnico-científico da ESTeSC-IPC onde os candidatos pretendem ser admitidos, como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.
2. O reconhecimento a que se referem as alíneas b), c) e d) do nº 1, do presente artigo, tem apenas como efeito o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre, não conferindo ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o reconhecimento desse grau.
3. Os candidatos que reúnam as condições de natureza académica e curricular expressas no número anterior são seriados e selecionados tendo em atenção os seguintes critérios e a classificação obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 0,1A + 0,4B + 0,2C + 0,2D + 0,1E$$

em que:

CF – Classificação final obtida na escala de [0 a 20] valores, arredonda às centésimas;

A – Classificação atribuída pelo júri, definida na escala de [0 a 20] valores, que quantifica as habilitações académicas do candidato;

B – Classificação atribuída pelo júri, definida na escala de [0 a 20] valores, que quantifica a classificação obtida na anterior formação académica do candidato;

C – Classificação atribuída pelo júri, definida na escala de [0 a 20] valores, que quantifica o exercício de atividades profissionais, técnicas ou científicas do candidato;

D – Classificação atribuída pelo júri, definida na escala de [0 a 20] valores, que quantifica outros fatores que o júri entenda como relevantes para o concurso em questão;

E – Classificação atribuída pelo júri, definida na escala de [0 a 20] valores, que quantifica os fatores de desempate estabelecidos pelo júri e/ou entrevista.

4. O acesso, procedimento para a formalização de candidaturas, processo de seriação e seleção dos candidatos ao mestrado será realizado de acordo com as regras aprovadas e publicadas em Edital de abertura do concurso de acesso ao curso, por despacho do Presidente do IPC, sobre proposta do Presidente da ESTeSC, mediante proposta do Coordenador do Mestrado e após aprovação do CTC da ESTeSC.

Artigo 7.º

(Limitações quantitativas)

O número de vagas e os prazos de candidatura para a matrícula e inscrição no Mestrado em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente serão afixados anualmente por despacho do Presidente do IPC, sobre proposta do Presidente da ESTeSC.

Artigo 8.º

(Calendário escolar)

O calendário escolar será definido anualmente pelo Presidente da ESTeSC, sob proposta do Coordenador do Mestrado, ouvido o Conselho Técnico-Científico e o Conselho Pedagógico da ESTeSC.

Artigo 9.º

(Horários)

Os horários serão definidos anualmente pelo Presidente da ESTeSC, ouvido o Conselho Pedagógico sob proposta do Coordenador do Mestrado.

Capítulo III
Matrícula e inscrição

Artigo 10.º

(Matrículas e inscrições)

1. Os candidatos colocados devem proceder à matrícula e inscrição na plataforma de gestão académica, no prazo e condições fixados no Edital.
2. Sem prejuízo do disposto no respetivo edital, em caso de desistência expressa da matrícula e inscrição, ou de não realização da mesma, a ESTeSC convoca, no prazo de cinco dias úteis após o termo do período de matrícula e inscrição, através de e-mail, os candidatos constantes da lista seriada, pela ordem aí indicada.
3. Os candidatos a que se refere o número anterior têm um prazo improrrogável de três dias úteis, após a receção da notificação, para procederem à matrícula e inscrição.
4. A decisão de admissão apenas produz efeito para o ano letivo e fase a que se refere o início do ciclo de estudos.
5. Os estudantes matriculados/inscritos no mestrado, que não tenham concluído o curso de especialização, nos dois anos sucessivos após o ato de matrícula/inscrição, poderão renovar anualmente a inscrição em frequência no mesmo ciclo de estudos numa edição subsequente, enquanto o ciclo de estudos se encontrar em funcionamento.
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os estudantes que não concluem no prazo legalmente previsto a parte da dissertação/relatório de estágio, poderão solicitar a prorrogação do mesmo, por períodos de seis meses, renovável até um máximo de quatro vezes.
7. A prorrogação e a renovação do prazo, previstas no número anterior, estão sujeitas ao pagamento de 50% do valor da propina anual fixada para o 1º ano da edição em que se venha a inscrever.
8. Esgotados os prazos previstos no ponto 6 do presente artigo e enquanto o ciclo de estudos se encontrar em funcionamento, poderão os estudantes proceder à renovação da inscrição.

9. Esgotado o prazo de renovação previsto no ponto anterior, poderá o estudante solicitar a aplicação do regime de prorrogações previsto nos pontos 6 e 7 do presente artigo.
10. Na primeira inscrição efetuada pelo estudante no ciclo de estudos de mestrado ministrado no IPC, o limite máximo de European Credit Transfer System (ECTS) a que se pode inscrever é de 60, correspondentes apenas a UC do 1º ano, exceto se beneficiar de creditações, podendo inscrever -se em unidades curriculares do 2º ano, aplicando -se o previsto nos nº 11 e 12.
11. No(s) ano(s) subsequente(s) os estudantes podem inscrever -se a um conjunto de UC cuja soma de créditos ECTS não exceda 84 ECTS, sem prejuízo da aplicação do regime de precedências fixado na Ficha de UC (FUC) ou em regulamentos (quando aplicável).
12. Para se poderem inscrever em unidades curriculares do 2º ano curricular os estudantes têm, ter realizado um número mínimo de 36 ECTS, e de estar inscritos ou ter obtido aprovação em todas as UC do 1º ano.
13. A tramitação do processo de provas públicas só poderá ocorrer quando o estudante tenha tido aprovação em todas as unidades curriculares do curso de especialização.
14. O prazo limite para pedido da primeira prorrogação é até ao último dia útil do mês de março do último ano civil da respetiva edição.

Artigo 11.º

(Propinas e taxas de matrícula e de inscrição)

Pela frequência do mestrado são devidas:

- a) Taxa de candidatura;
- b) Uma taxa de matrícula no 1º ano;
- c) Uma taxa de inscrição no ano subsequente;
- d) Propinas anuais.

Capítulo IV
Gestão do ciclo de estudos

Artigo 12.º
(Comissão Coordenadora)

1. A coordenação do curso de Mestrado em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente será assegurada por uma comissão coordenadora composta por 3 docentes que lecionam no mestrado, um dos quais o coordenador do mestrado, nomeada pelo Presidente da ESTeSC-IPC.
2. O Coordenador do mestrado é um docente titular do grau de doutor ou especialista de reconhecida experiência e competência profissional na área de formação fundamental do ciclo de estudos, detentor do título de especialista conferido nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 206/2009, de 31 de agosto, que se encontre integrado na carreira docente do ensino politécnico do Instituto Politécnico de Coimbra.

Artigo 13.º
(Competências da Comissão Coordenadora)

Compete à Comissão Coordenadora:

- a) Assegurar a gestão corrente do curso;
- b) Promover a coordenação entre UCs, seminários, estágios e outras atividades do ciclo de estudos;
- c) Incentivar atividades complementares e de intercâmbio com instituições similares do mesmo domínio científico;
- d) Elaborar proposta fundamentada para indigitação, pelo conselho técnico-científico da ESTeSC, dos professores orientadores de Tese/Estágios e respetivos relatórios, tendo em consideração os seus pareceres quanto à viabilidade dos planos de trabalho e a informação sobre a sua disponibilidade;
- e) Acompanhar o desenvolvimento do ciclo de estudos e propor eventuais correções;
- f) Exercer as demais competências que lhe sejam delegadas pelo conselho técnico-científico ou pelo Presidente da ESTeSC-IPC.

Capítulo V
Aulas, orientações e provas

Artigo 14.º
(Aulas)

1. O mestrado será ministrado pela ESTeSC em formato presencial, em horário pós-laboral, nas instalações da ESTeSC.

Artigo 15.º
(Tese e Estágio)

1. Durante o 3.º semestre do ciclo de estudos proceder-se-á à elaboração de dissertação de investigação (Tese) ou relatório de estágio (Estágio).
2. A orientação da Tese ou Estágio observa os seguintes requisitos:
 - a) A Tese ou Estágio será orientada por um doutor ou por especialista detentor do título de especialista conferido nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 206/2009 de 31 de agosto, ou por especialista considerado como tal pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior, nacional ou estrangeiro.
 - b) Para efeitos da alínea a) pode ser considerado especialista pelo conselho técnico-científico da ESTeSC, quem seja detentor de um grau académico e, cumulativamente:
 - i. Exerça ou tenha exercido profissão na área do ciclo de estudos em causa, possuindo, no mínimo, 10 anos de experiência profissional nessa área, com exercício efetivo durante, pelo menos, 5 anos nos últimos 10 anos;
 - ii. Apresente um currículo profissional de qualidade e relevância comprovadas, devidamente confirmado e aceite pelo órgão cientificamente competente da instituição de ensino superior;
 - iii. Não seja titular de contrato por tempo indeterminado com uma instituição de ensino superior.
 - c) A orientação da Tese ou Estágio pode ser assegurada em regime de coorientação, quer com orientadores nacionais quer com orientadores estrangeiros.
 - d) A proposta de nomeação do orientador deverá ser acompanhada por uma informação conjunta do mestrando e do orientador proposto sobre a temática a abordar (tema) ou Estágio a realizar,

contendo uma breve descrição do trabalho a realizar bem como a disponibilidade apresentada. Esta proposta deverá ser submetida ao conselho técnico-científico da ESTeSC até um mês após o início das aulas do 2.º ano da respetiva edição, pelo coordenador do mestrado.

3. A Tese ou Relatório de Estágio serão sujeitos a avaliação mediante a realização de Provas Públicas perante um Júri nomeado para o efeito pelo conselho técnico-científico da ESTeSC-IPC, sob proposta do coordenador de Mestrado;
4. O pedido de marcação de provas públicas de defesa da Tese ou do Relatório de Estágio é submetido na plataforma de gestão académica da ESTeSC, com entrega da tese ou relatório de estágio e de parecer favorável do(s) orientador(es), em formato digital, até ao último dia útil do mês de março do último ano civil da respetiva edição.
5. A tramitação processual, procedimentos e prazos encontram-se definidos no Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do Instituto Politécnico de Coimbra.

Capítulo VI **Normas regulamentares**

Artigo 16.º

(Regimes de funcionamento e avaliação)

1. O Mestrado em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente funciona em formato presencial, em horário pós-laboral, nas instalações da ESTeSC
2. As aulas decorrem de acordo com a calendarização previamente aprovada pelo Presidente da ESTeSC e divulgada aos alunos no início do ano letivo.
3. A avaliação de conhecimentos nas UC do curso de mestrado tem carácter individual e será efetuada de acordo com as normas de avaliação em vigor na ESTeSC. O resultado da avaliação será expresso na escala numérica de zero a vinte valores.
4. Considera-se aprovado numa UC o aluno cuja nota final de avaliação seja igual ou superior a dez valores.
5. Não são aplicáveis regimes de precedência às UC do curso de especialização do Ciclo de Estudos Conducentes à Obtenção do Grau de Mestre em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente.
6. As avaliações decorrerão em formato presencial nas instalações da ESTeSC-IPC.

Artigo 17.º

(Ficha de UC)

1. A ficha de UC (FUC) é um documento discriminativo de cada UC, bilíngue, onde está sintetizado o seu modo de funcionamento, conteúdos, metodologias de ensino/aprendizagem e de avaliação, e outros elementos previstos no modelo aprovado para uso no IPC, sendo pública e acessível a toda a comunidade escolar.
2. Anualmente é disponibilizada a FUC de edição, na plataforma de gestão académica, preenchida pelo respetivo docente responsável.
3. A FUC de edição, sendo um documento público, deve ser disponibilizada na plataforma de gestão académica, até ao final da primeira semana letiva.
4. A FUC é proposta no seguimento da acreditação do ciclo de estudos pelo docente responsável da UC, tendo como base a ficha constante no respetivo guião submetido à A3ES, sendo aprovada pelo conselho pedagógico e conselho técnico-científico da ESTeSC, mediante aprovação prévia da comissão coordenadora do mestrado.
5. A FUC referida no ponto 4 é válida pelo período de vigência da acreditação do curso.
6. Sem prejuízo do estabelecido no ponto anterior, sempre que existam modificações à FUC, o docente responsável da UC deverá submetê-la a aprovação pelos órgãos competentes.

Artigo 18.º

(Creditação)

1. Ao processo de creditação aplicam-se as normas do Regulamento de Creditação do Instituto Politécnico de Coimbra, na sua atual redação, e do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, que aprovou o regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior, na sua redação atual.
2. A creditação tem em consideração o nível dos créditos e a área em que foram obtidos.
3. A creditação não é condição suficiente para o ingresso numa edição de um ciclo de estudos, pois só produz efeitos após a admissão no ciclo de estudos, e para esse mesmo curso.
4. Não podem ser creditadas partes de unidades curriculares.
5. Não podem ser creditados os ciclos de estudo cujo funcionamento não foi autorizado nos termos da lei, nem os ciclos de estudo ministrados fora da localidade e instalações a que se reporta a acreditação e o registo.

Capítulo VII
Classificação final e titulação

Artigo 19.º
(Classificação final)

A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, calculada até às centésimas e arredondada às unidades (considerando-se como unidade a fração não inferior a 50 centésimas) das classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o respetivo plano de estudos. A classificação final é expressa no intervalo de 10(dez) a 20(vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte) valores.

Artigo 20.º
(Titulação do grau de Mestre)

A atribuição de um Diploma de Mestre em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente será concretizada pela ESTeSC-IPC mediante a aprovação em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos, com menção da classificação final obtida.

Artigo 21.º
(Diploma de Especialização)

A atribuição de um Diploma de Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente será concretizada pela ESTeSC-IPC, mediante a aprovação em todas as unidades curriculares que integram o curso de especialização, com menção da classificação final obtida.

Artigo 22.º
(Acompanhamento pelos Órgãos Científico e Pedagógico)

A direção, a coordenação e a avaliação do Mestrado em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente são acompanhadas pelo Conselho Técnico-Científico e pelo Conselho Pedagógico da ESTeSC-IPC.

Capítulo VIII
Disposições finais

Artigo 23.º
(Casos omissos)

Às situações não contempladas no presente regulamento aplica-se o disposto no Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do IPC e demais legislação, sendo os casos omissos objeto de análise e decisão dos órgãos competentes do IPC e da ESTESC-IPC.

Artigo 24.º
(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor na data de homologação pelo Presidente do IPC.

Ficha Técnica

Título

RG4_02.59 – REGULAMENTO ACADÉMICO DO MESTRADO EM SAÚDE AMBIENTAL - ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE OCUPACIONAL E AMBIENTE

Emissor

Coordenação do Mestrado em Saúde Ambiental – Especialização em Saúde Ocupacional e Ambiente

Versão 00

março 2024

Aprovado pelo Conselho Técnico-Científico

Data de Aprovação

março de 2024

Aprovado pelo Presidente da ESTeSC

Data de Aprovação

março de 2024

Homologado pelo Presidente do IPC

Data da Homologação

março de 2024

©2020, POLITÉCNICO DE COIMBRA



www.ipc.pt

<https://sigq.ipc.pt>

qualidade@ipc.pt

15 de 15

Modelo 4.222_01

SISTEMA INTERNO DE GARANTIA DA QUALIDADE